



**Diário da Sessão n.º 022 de 20/09/05**

**Presidente:** Passamos ao ponto seguinte: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional que prorroga o prazo de vigência das medidas previstas aplicáveis na zona de implementação da via rápida Lagoa/Ribeira Grande.**

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que diz respeito a este ponto da ordem de trabalhos, uma vez que estamos apenas a analisar e a discutir as questões relativas ao pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, penso que esta matéria, uma vez que trata apenas da prorrogação de um prazo de medidas preventivas já anteriormente fixadas e aprovadas por Decreto Legislativo Regional, do ponto de vista substantivo, não oferece dificuldades de maior.

Para além desta simplicidade da matéria, acresce ainda a necessidade de, em termos práticos, aprovar este decreto de forma a salvaguardar o efeito útil destas medidas preventivas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(\*) **Deputado Francisco Coelho** (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Face à justificação apresentada e ao tipo de matéria, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá, naturalmente, votar favoravelmente este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Muito obrigado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(\*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É evidente que não nos traz qualquer dificuldade aprovar um pedido de urgência para prorrogar as medidas preventivas para a implantação da estrada Lagoa/Ribeira Grande, mas, normalmente, eu desconfio das urgências, ou melhor, desconfio de quem vem pedir urgências para o tratamento de qualquer assunto.

Se essa urgência não se deve a motivos imponderáveis, fico sempre com a impressão de que houve tempo para tratar a tempo o assunto objecto da urgência e não me costumo enganar muito nesta minha apreciação.

Repito: quando não se tratam de motivos imponderáveis, acho, ou melhor, tenho a certeza, de que as urgências denunciam falta de planeamento, planeamento mal elaborado, incumprimento do planeado, deficiente execução das tarefas (o que normalmente obriga a fazer tudo de novo), negligência ou esquecimento, incompetência ou capacidade desadequada e, por último, amadorismo puro e duro.

O trabalho feito em cima do joelho, atamancado e pouco profissional, normalmente dá origem a asneiras que não garantem a normal execução dos projectos.

Agora, fica-nos a “batata quente” nas mãos, situação essa que já se adivinhava há largos meses.

No meio da aflição aparece este pedido de urgência para prorrogar a vigência das medidas preventivas da zona de implantação da via rápida Lagoa/Ribeira Grande que já era para estar pronta e que ninguém sabe, nem V. Exas. sabem quando é que vai começar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Esta Proposta de Decreto Legislativo que pede urgência para um assunto de uma estrada que já devia estar pronta, traz à evidência e é perfeitamente reveladora da incapacidade do Governo Regional, porque aquilo que V. Exas. se comprometeram há 4 anos foi fazer uma estrada que liga a Lagoa à Ribeira Grande, a qual já devia estar pronta e V. Exas. não sabem sequer quando é que vai começar.

Este pedido de urgência, num processo como a construção de uma estrada, de uma via rápida Lagoa/Ribeira Grande, aparece, e não tenhamos dúvidas, porque faltou planeamento ou houve planeamento mal feito, porque existiu incumprimento e deficiente execução do planeado, porque houve negligência ou displicência, ou porque houve incapacidade ou amadurismo puro e duro.

Por esses motivos (e não são poucos!) o Grupo Parlamentar do PSD manifesta com a abstenção, na votação, o seu protesto pelo incumprimento de um compromisso do Governo Regional, porque já devia estar concluído, mas nem começou e, infelizmente, só há fumo negro.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(\*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente que esta matéria leva a um debate que será porventura interessante, mas julgo que não é o lugar próprio.

De qualquer forma, nesta altura, é importante salientar que se não fosse aprovado este diploma criava-se um vazio legislativo que gerava situações embaraçosas de manutenção daqueles terrenos consoante as medidas que já estão aprovadas. Portanto, criando um vazio era fácil, de algum modo, aliená-los entre outras situações que se poderiam gerar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

O que é importante e que julgo que deve ser debatido e julgo que também é essa a preocupação do Sr. Deputado Jorge Macedo e a postura do PSD relativamente a esta matéria, é que este ponto também abre a possibilidade de discutirmos, de facto, ou de perguntarmos no lugar próprio, dentro em pouco, como é que o Governo vai, na prática, resolver esta situação. O que é que pretende?

Ouvi declarações do Sr. Presidente do Governo (ouvimos todos) há pouco tempo que apontam para outros mecanismos e para determinadas prioridades.

Gostava de dizer que, pessoalmente, sou favorável a esta solução, sempre o fui.

O Sr. Deputado Victor Cruz que me permita, mas mais uma vez não vou concordar com uma das medidas do Programa do Governo no qual eu também fui eleito, obviamente, mas que tinha a ver com o alargamento da antiga estrada da Ribeira Grande que acho que é muito mais custoso e menos possível tecnicamente.

Portanto, julgo que esta é a solução e é uma solução realmente urgente. Como esta há outras que julgo que daqui a dias estão a acabar os prazos, portanto, também cá têm que vir, como é a via rápida para Vila Franca. Hoje é um bom dia para lembrarmos isso, porque ouvi que esta era prioridade e deve sê-lo.

Ouvi que a circular de Água-de-Pau era prioridade e deve sê-lo, mas os taludes de Água d'Alto também devem ser. Julgo que hoje é perceptível por que é que devem ser.

Muita gente que conheço, está a fugir de Vila Franca para Ponta Delgada e não sabem o que é passar ali. Obviamente que sabem, porque já passaram,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

não talvez tantas vezes como eu, mas nos dias de hoje, e há muitas situações assim, custa muito.

Portanto, tende ser também uma prioridade. Peço desculpa por pôr isto no ponto que não é devido, mas manifesto o meu apoio à urgência.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação àquelas que foram as observações feitas pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão e parte das observações feitas pelo Sr. Deputado Jorge Macedo, penso que a altura certa para haver uma discussão mais pormenorizada sobre essas matérias será, efectivamente, na parte da aprovação do Decreto sobre as medidas preventivas.

Sr. Deputado Jorge Macedo, eu só gostava de dizer, em relação à sua intervenção na parte em que se refere ao pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, duas coisas:

Primeiro: se efectivamente só há essas justificações,...

**Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): Só?!

**O Orador:** ... os adjectivos que V. Exa. utilizou para o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, acabe-se com o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, porque não é aceitável dar-se cobertura regimental a incompetência e a um conjunto de situações.

Segundo: se efectivamente só são essas as razões para um pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, eu não percebo por que é que o PSD se abstém. Sinceramente não percebo.

Se é só questões de incompetência, de má qualificação, então devia votar contra, Sr. Deputado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Agora, a razão pela qual o Sr. Deputado não vota contra, e se me permite esta entrada já num processo de intenções em relação àquilo que o PSD pensa, é porque conhece parte deste processo das SCUTs e reconhece que o desenvolvimento que o processo tem tido nos últimos tempo levou a que estas medidas não tenham sido plenamente esgotadas, no tempo que estavam inicialmente fixadas, o seu sentido útil, ou seja, que a obra tenha avançado e que por essa via as medidas preventivas deixavam de ser necessárias.

Portanto, em relação a isso penso que é só esta questão que há a dizer.

Se há mais algum problema em relação ao pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, estou aqui para esclarecer, dentro daquilo que são as minhas disponibilidades.

Agora, estas não são efectivamente razões, porque senão, não faz sentido estar isto no Regimento, nem sequer faz sentido o vosso voto de abstenção. Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(\*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Indo directamente às palavras proferidas na última intervenção do Sr. Secretário Regional da Presidência, o PSD entende e tem vontade de que as coisas andem para a frente.

O PSD não quer obstaculizar qualquer solução que atrase ainda mais todo o processo baralhado, atrapalhado, confuso, amador que conduziu à apresentação do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão para aprovação do Decreto Legislativo sobre medidas preventivas da estrada.

Agora, uma coisa é certa: o nosso sentido de votação é a abstenção, reafirmando tudo aquilo que acabei de dizer, mas não quisemos deixar de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

marcar uma posição de protesto relativamente ao culminar de um processo que origina na urgência, que não faria sentido, como o Sr. Secretário há bocadinho referiu, aqui apresentar-se se a estrada já estivesse implantada, em construção ou concluída.

É o PSD que define como é que vota e, para além disso, nós não queremos obstaculizar ainda mais um processo baralhado que os senhores conduziram ao longo de 4 anos (não foram 4 meses!). Foram 4 anos para chegarmos, a três meses de Novembro, e dizerem: “precisamos de um pedido de urgência para dispensa em comissão, para aprovar um decreto legislativo, para manter em vigor ou para prorrogar o prazo de vigência das medidas preventivas de uma estrada”. Os senhores é que disseram, não fomos nós, que já devia estar pronta.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jorge Macedo:

A minha intervenção pretende apenas refutar e deixar registado no Diário das Sessões a rejeição por parte do Governo Regional da apreciação que é feita pelo Sr. Deputado e para, mais uma vez, colocar a questão de que, efectivamente, se V. Exa. quer discutir o processo, a ter que ser discutido nesta sessão, não é ao nível do processo de urgência e dispensa de exame em Comissão, mas será ao nível da discussão do diploma.

De qualquer das formas é notória a contradição do PSD que não sabe o que é que quer. Fala mal da estrada, mas diz que devia ser a de 4 vias; diz que isso realmente é prova de incompetência, mas abstém-se; diz que não quer obstaculizar, mas de qualquer das formas continua a abster-se.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

O que está em discussão aqui, e aquilo que o Governo apresenta a esta câmara, é, efectivamente, prorrogar, nos termos que estão fixados na lei. Portanto, aquilo que está a fazer o Governo Regional é exercer uma faculdade que a lei lhe permite, a não ser que a própria lei seja incompetente, que a própria lei esteja mal planeada.

Aquilo que o Governo Regional está a fazer é exercer uma faculdade que a lei lhe permite e esse exercício da faculdade que a lei permite ao Governo Regional merece, da parte do Sr. Deputado Jorge Macedo em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, uma confusão entre aquilo que se está a discutir agora e aquilo que se pode discutir depois.

Muito obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos votar o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do Deputado Independente e 16 abstenções do PSD.

**Presidente:** Passamos ao debate da **Proposta de Decreto Legislativo Regional que prorroga o prazo de vigência das medidas previstas aplicáveis na zona de implementação da via rápida Lagoa/Ribeira Grande.**

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para enquadrar o diploma em causa.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Referir que o Governo Regional ao propor a prorrogação destas medidas tem em conta, nomeadamente, o ponto de situação em relação ao concurso público internacional para a concessão rodoviária, em regime de SCUT, na Ilha de São Miguel, que não está ainda concluído e o facto de ser necessário salvaguardar os interesses em causa.

Por outro lado, esta proposta de prorrogação do prazo das medidas preventivas é por prazo não superior a um ano, conforme está estabelecido no Decreto Legislativo Regional 45/2003/A.

Em termos de razões deste diploma, valem do ponto de vista substantivo, as mesmas razões que valeram para o Decreto Legislativo Regional inicial que estabeleceu as medidas preventivas, do ponto de vista de consequências, são efectivamente as mesmas consequências que estavam previstas para este diploma.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(\*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É agora o momento de falar das trapalhadas.

Eu não me vou alongar muito porque a hora já vai avançada, mas de qualquer maneira julgo que seria importante neste momento precisar alguns dos adjectivos que utilizei há bocadinho para enquadrar o processo chamado das SCUTs, que foi agora referido pelo Sr. Secretário Regional da Presidência, que ainda não chegou ao fim.

Eu tenho dúvidas que algum dia aquele processo chegue ao fim e vou dizer porquê. Em Setembro de 2001, o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos apresentou como estimativa das SCUTs que elas gostariam



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

aproximadamente 30 a 33 milhões de contos, ou seja, 150 a 164 milhões de euros.

No ano seguinte, 2002, o Sr. Presidente do Governo vem falar em cerca de 200 milhões de euros, ou seja, quarenta milhões de contos. Passou de 30 para 40.

Em Junho de 2002, o concurso público internacional para a concessão foi aberto, incluía estradas já construídas e outras a construir, mas o espanto dos espantos é quando as cinco propostas concorrentes a concurso surgem, nós verificamos com alguma estupefacção, e naturalmente os senhores também, que o preço médio que essas propostas apresentavam tinha duas componentes, uma que era a construção propriamente dita (320 milhões de euros, ou seja, mais 120 relativamente àquilo que o Sr. Presidente do Governo já tinha dito) e previa também 164 milhões para conservação e exploração. Isso tudo somado dá 500 milhões de euros. Estamos a falar de valores médios das propostas apresentadas. Como nenhuma foi escolhida, naturalmente que temos que trabalhar com valores médios.

Mas não é isso que mais me preocupa. É certo que qualquer família, e dando um exemplo familiar, que quer construir uma casa e tem que pagá-la ao banco, se o projectista lhe disser que a casa custa 20 mil contos, e se depois ela pedir propostas a empreiteiros e lhe vierem dizer que a casa não custa 20 mas 60, eu tenho que fazer contas de cabeça outra vez. Aliás, todos nós temos que fazer contas de cabeça.

Mas se tudo isso não fosse grave e complicado (foram mais 231% relativamente à estimativa feita pelo Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos), aparecem as trapalhadas. O que é que quero dizer com trapalhadas?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Quero dizer que o tribunal, dando razão a uma providência cautelar apresentada por dois dos consórcios, escreve que após a abertura das propostas foi alterada a ponderação dos critérios que estavam no caderno de encargos. Esses critérios foram decompostos em subcritérios, ou seja, é uma situação que num concurso de esferográficas dá azo a impugnação e anulação do concurso.

Aí, quero-me referir a todas as trapalhadas que vão conduzir a uma coisa - e há bocadinho, na intervenção do Sr. Secretário a boca ia fugindo para a verdade - é que o processo das SCUTs, como V. Exas. bem sabem, não vai chegar ao fim.

Infelizmente, porque as populações de São Miguel esperavam por uma estrada alternativa à estrada que liga Ponta Delgada à Ribeira Grande – em hora de ponta significa que nós para fazermos um percurso de cerca de 3 km demoramos sensivelmente 10 minutos – que servia também para todas as indústrias da zona da Ribeira Grande poderem ter mobilidade e acesso ao aeroporto e ao porto, essa estrada não existe, não vai ser feita no modelo que V. Exas. congeminaram e imaginaram.

Para além disso, o Nordeste continua à espera da estrada que permitia fazer o percurso aeroporto/Nordeste, suponho eu que em 50 minutos, e, pior do que isso, a actual estrada continua a degradar-se e se já era incómodo lá passar em situações de piso normal, neste momento nem se faz uma, nem se arranja a outra.

V. Exas. têm, agora sim, que saberem o que é que querem. São V. Exas. que têm que dizer qual é o modelo alternativo, sendo certo que já se perderam 4 anos. Foram 4 anos à espera de estradas que, com o modelo que V. Exas. imaginaram, não vão ser construídas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Espero bem que as alternativas sejam rápidas e que possamos começar a construir as estradas, o processo de SCUT, com outra engenharia financeira qualquer a curto prazo e não esperarmos mais 4 anos por estradas que infelizmente ninguém adivinha, ninguém vê e no horizonte, já o disse há bocadinho, só há fumo negro.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Jorge Macedo é um homem de convicções, de certezas.

“- Não vão ser feita as SCUTs!”

Eu acho bonito essa certeza e, sobretudo, acho que esta certeza que o Sr. Deputado Jorge Macedo tem, não encontra, ou, pelo menos, não há nada que possa levar a dar-se essa certeza de que não vão ser feita as estradas, que o processo SCUT não vai avançar.

Bom, falhando os argumentos ao Sr. Deputado Jorge Macedo, assiste-lhe a fé.

Sr. Deputado Jorge Macedo:

O processo SCUT foi lançado e aquilo que o senhor chama de trapalhadas é aquilo que pode acontecer em qualquer concurso.

Houve uma decisão. Os concorrentes que se sentiam lesados ou prejudicados por essa decisão recorreram ao tribunal. Houve uma decisão do tribunal, procedimento cautelar com decisão em definitivo e aquilo que está neste momento em causa é o recurso que foi entreposto dessa decisão.

Se houvesse tantas certezas da parte do tribunal para quem se recorreu, pois efectivamente se calhar nem sequer o recurso tinha sido admitido, mas foi admitido e está em análise.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Gabinete da Presidência

Portanto, em relação ao processo SCUT, aquilo que o Sr. Deputado tem tanta certeza, eu se fosse a si não apostava nada.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Depois conversamos!

**O Orador:** Não, para conversar, conversamos aqui.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** A decisão do tribunal ainda não saiu!

**O Orador:** Exactamente, é a decisão do tribunal. Não é decisão sua.

Eu já percebi que, pelo senhor e pelo PSD, não há processo SCUT.

Vamos aguardar a decisão do tribunal e efectivamente aquilo que está em causa neste momento e com este diploma, em virtude de todo este processo de recursos, de processos judiciais, é necessário prorrogar as medidas preventivas.

Essa decisão concreta e precisa do Governo Regional é censurável?

Não me parece!

Se o Governo não agisse dessa forma, aí sim estaria a cometer uma grande trapalhada, mas não está.

O Governo Regional está a lançar mão daquilo que são as faculdades que a lei lhe permite para acautelar os interesses em causa.

Eu não percebo, sinceramente, Sr. Deputado Jorge Macedo, onde é que o senhor vê as trapalhadas e onde é que o senhor pode afirmar com essa certeza de que o processo SCUT não avança.

É conhecido os passos e o caminho que têm sido seguidos. Vamos aguardar a decisão do tribunal.

Agora, uma coisa é certa: a estrada vai ser feita, quer o senhor defenda que não devia ser feita e que devia era ser alargada a via actual, quer o senhor defenda que efectivamente aquela é a solução correcta.

Ela vai ser feita!

Muito obrigado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção no âmbito da discussão deste diploma, porque dele resulta um excesso de avaliação.

Este diploma é menos do que parece e não é por ele, ou por causa dele, que o projecto SCUT avança ou deixa de avançar.

A primeira nota que é preciso referir e que resiste é a incapacidade do Governo de o concretizar, após ter elaborado um plano milagroso, quer sob o ponto de vista financeiro ou de engenharia financeira, ou até mesmo de engenharia civil para as vias, que teriam 17 pontes até ao Nordeste, batendo o recorde de velocidade e de segurança desde o aeroporto até ao concelho do Nordeste.

Que presente têm as estradas de São Miguel ou o projecto SCUT?

Que expectativa e crença pode ter o povo do Nordeste, designadamente quanto ao sucesso deste projecto?

Diz o Sr. Secretário que o meu colega deputado era um homem de certezas. Eu digo que o Sr. Secretário é um homem de fé!

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sou sim senhor!

**O Orador:** Um homem de fé que não consegue ver, por racionalidade, o estado caótico que é o projecto SCUT na Ilha de São Miguel.

Portanto, a sua fé neste caso – acredito que a outra vale a pena – não serve.

Depois, que dizer do presente e da convicção do próprio Governo sobre esta matéria?

Primeiro, quer prorrogar por mais um ano as medidas preventivas e fazer fé no sucesso do projecto SCUT, no imediato.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Segundo, o membro do Governo que tem competência nessa área já admite perante os construtores civis desta Região, um plano B, que afinal de contas prevê e pronuncia o afundamento do projecto SCUT.

É verdade que quem prorroga é porque não teve competência de, no prazo definido, cumprir o que devia.

Este diploma evidencia a incapacidade do Governo de cumprir o seu próprio projecto.

Este diploma é o atestado da incompetência do Governo.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** É a primeira vez que se prorrogam medidas preventivas?

**O Orador:** Este diploma não vai resolver o problema do projecto das SCUTs.

Este diploma não exclui a possibilidade do Governo já prever o insucesso do mesmo e apresentar (ainda não se conhece!) o Plano B.

Sr. Secretário, não queira fazer deste diploma o que ele não é. Ele não resolveu nada até hoje no projecto SCUT e não vai resolver.

Mas passou a ser um atestado da incompetência do Governo em matéria de projecto SCUT.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão (espero que com fé!)

(\*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Fé é outra matéria!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão jurídica julgo que é simples. Aliás, já falámos sobre ela e estamos todos de acordo. É necessária e é disso que se trata.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Obviamente, como disse o Sr. Deputado Bolieiro, não é pelos terrenos estarem disponíveis para se fazer a estrada que ela vai ser feita, mas permite que, de facto, se faça o debate em volta deste tema que é importante e que já desde o início tem sido debatido nesta casa, sempre que se trata desta matéria paralela, mas que directamente diz respeito, uma vez que faz parte daquelas que são as normais funções do Governo Regional e sendo um processo SCUT nem no plano é contemplado.

Portanto, o debate deste tema tem sempre sido feito quando se falam destas medidas.

Julgo que o PSD, como principal partido da oposição, faz o seu papel, questionando o processo jurídico que todos consideram moroso.

Sabemos que a justiça também funciona assim, infelizmente, mas também assiste alguma razão.

Agora, se me é permitido, e julgo que isso é que é o mais importante, eu, que não faço parte do principal partido da oposição, não tenho que ter essa preocupação, pelo menos de forma tão vincada. Independentemente do processo, independentemente do modelo, julgo que nem sequer é relevante para os cidadãos se vai ser feito em SCUT, se vai ser feito de que forma for.

Gostaria de saber, porque tem a ver com a questão que coloquei há pouco, se me pode ser respondida (não sei se o Sr. Secretário Regional, que representa o Governo, está em condições de o fazer, se quiser e se puder, uma vez que o titular da pasta e o Sr. Presidente do Governo não estão) uma questão que tem a ver com este sistema de prioridades das estradas no caso de São Miguel.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Se o sistema for SCUT, percebe-se que terá a sua sequência, mas as declarações do Sr. Presidente do Governo sobre as prioridades são apenas aquelas? Qual é a estratégia do Governo?

Por exemplo, no caso dos taludes de Água d'Alto, no caso da alternativa à Água d'Alto, sem qualquer tipo de demagogias, isso tem a ver com uma necessidade quase humana, permitam-me. Sei que há pessoas que hoje ficam na dúvida se vão passar a noite em casa ou se vão a Ponta Delgada. É que ficar em casa não sabemos o que pode acontecer; ir para Ponta Delgada também não sabemos o que é que acontece na estrada, não é?

Portanto, se acontecer alguma coisa, a culpa não é do Governo, longe de mim dizer isso. A culpa será certamente da natureza, mas a Região que tem acudido a tantas situações, será que não pode de uma vez por todas estabelecer - estabelecer, e permitam-me que diga, antes até da estrada da Ribeira Grande, antes de todas as outras - como prioridade humana a alternativa aos taludes de Água d'Alto?

É um perigo para muita gente que ali passa. São dois concelhos que fazem uso permanente daquela estrada (Povoação e Vila Franca do Campo).

O Governo tem como intenção, seja em SCUT, seja de outra forma, dar prioridade a essa estrada, antes até de outro tipo de projectos?

Numa segunda fase, por razões também já aqui explanadas de necessidade económica, teríamos a estrada Ribeira Grande/Lagoa e alternativa a Água de Pau e, numa terceira fase, por razões que têm a ver com o normal desenvolvimento e que são prioridade, mas obviamente não tanto como a outra, escalonava dessa forma o resto da estrada até ao alto de São João e o resto da estrada até ao Nordeste.

Portanto, em primeiro lugar se o Governo entende dessa forma. Se não entende, o que pensa fazer sobre isso?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Querer fazer, julgo que é sempre uma intenção lata.

Julgo que é muito mais importante as pessoas saberem de forma concreta (mais do que saber se o processo se vai arrastar no tribunal ou não) é, seja em SCUT, seja fora de SCUT, isso não importa nada, o que é que o Governo vai fazer primeiro; se vai já pegar nessa obra e se depois de a fazer vai dar uma segunda prioridade real a esta matéria que estamos discutindo, que é a estrada da Ribeira Grande e alternativa de Água de Pau, que também é fundamental, e depois, na terceira fase, o resto que já está previsto há anos e que também é importante.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, uma resposta ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Se o Sr. Deputado classifica a questão das SCUTs como um plano milagroso e de engenharia financeira,...

**Deputado José Manuel Bolieiro** (*PSD*): Os senhores é que o disseram!

**O Orador:** ... penso que foram estas as suas palavras, deixe-me que lhe diga que tanto sou eu um homem de fé, como é o PSD, uma vez que também aprovou.

Portanto, desse ponto de vista, em termos de fé, estamos iguais.

Em relação a não querer fazer deste diploma o que ele não é...

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, quem quer fazer deste diploma aquilo que ele não é, não é o Governo. Também não é o PS, nem o Deputado Paulo Gusmão.

Quem quer fazer deste diploma aquilo que ele não é, é o PSD.

O PSD quer que este diploma seja o juízo e o veredicto sobre a actuação do Governo Regional no processo do concurso das SCUTs.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Gabinete da Presidência

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** É um atestado de incompetência!

**O Orador:** Não é, não senhor.

Eu desafio o PSD, se considera isso um atestado de incompetência, que vote contra.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Incapacidade de o fazer!

**O Orador:** O senhor é que quer fazer deste diploma aquilo que ele não é.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Nós queremos a estrada. Os senhores é que não sabem como é que a vão fazer!

**O Orador:** Eu já vou falar consigo!

Os senhores querem transformar este diploma num julgamento do comportamento do Governo Regional em relação ao processo SCUTs.

Em relação ao processo, o Sr. Deputado Paulo Gusmão referiu que uma coisa é a questão jurídica, outra coisa é a questão política. Muito bem!

Do ponto de vista da questão jurídica, o que é que nós temos?

O Governo lançou o concurso, obteve uma decisão, essa decisão mereceu contestação por parte de alguns concorrentes.

Se o PSD considera que o facto de haver concorrentes que recorreram ao tribunal para impugnar a decisão e considerar que por essa via houve trapalhadas do Governo, por igualdade de critérios, também deve considerar que o Governo fez bem, ou que houve uma decisão correcta, no recurso de decisão de primeira instância.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Não se vê obra!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Continuamos à espera!

**O Orador:** É que não é possível dizer “não, não, a decisão de primeira instância é que está correcta e, portanto, o Governo fez trapalhada”.

Enquanto nós não obtivermos uma decisão do tribunal de segunda instância, meus amigos, qualquer juízo sobre se o processo está certo ou



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

errado, se o concurso foi mal ou foi bem, não deve ser feito, na minha opinião, porque não há ainda uma decisão definitiva, mas isso não serve ao PSD. Aguardar pela decisão do tribunal de segunda instância não serve ao PSD.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não serve porque a estrada faz falta!

**O Orador:** É óbvio que não serve, porque assim o senhor não podia fazer a intervenção que fez.

Os senhores só querem é privilegiar aquilo que está mal e para os senhores está mal o facto de haver concorrentes que recorreram, que exerceram o seu direito.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Para eles as coisas estão bem!

**O Orador:** Não, não. Não é que para nós esteja bem, Sr. Deputado Clélio Meneses. Nós estamos é a aguardar a decisão do tribunal.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** E os micalenses aguardam a estrada!

**O Orador:** Isto leva-nos à questão política.

Estamos a aguardar a decisão do tribunal que pode efectivamente dar provimento ao recurso e por essa via o processo continuar o seu caminho ou, por outro lado, confirmar a decisão de primeira instância, e nessa altura colocam-se vários cenários.

É necessário, do ponto de vista do tempo útil que poderá existir em relação às obras que é necessário fazer, entre as quais essa que referiu dos taludes e a questão da ligação Lagoa/Ribeira Grande, e neste momento aquilo que existe da parte do Governo Regional é, de uma forma ou de outra, a certeza de que as obras vão avançar. Portanto, vão-se fazer as obras.

Penso que uma determinação mais precisa do ponto de vista de prioridades, neste momento, não é ainda possível, com rigor.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

**Presidente:** Sr. Secretário, agradecia que concluísse.

**O Orador:** Agora, que as obras, de qualquer das formas, vão ser feitas, vão.

Em relação a ligações, por exemplo, ao Nordeste, é óbvio que não se deixarão os caminhos degradarem como estão efectivamente e como seria resolvido pelo processo de SCUTs. Será necessário acautelar algumas situações.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** O senhor agora está a chegar à verdade. Não foram capazes de fazer nada!

**O Orador:** Mas vamos ser, Sr. Deputado.

Neste momento, aquilo que desta situação se releva é que aguardamos a decisão do Tribunal e, em função dessa decisão do Tribunal, o Governo agirá.

Do ponto de vista político as obras são para se fazer em circunstâncias que dependerão muito da própria decisão e do sentido daquela instituição.

Muito obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos passar à votação deste diploma.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do Deputado Independente e 16 abstenções do PSD.

(\*) – Texto não revisto pelo orador.